

OS RENDIMENTOS DO TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1985-91

*Ronaldo Herrlein Jr.**

A presente recessão que atinge a economia brasileira tem suscitado os mais diversos debates. Questiona-se, por um lado, a funcionalidade do ajuste recessivo no contexto de uma política econômica de combate à inflação. Por outro lado, algumas análises têm procurado verificar os impactos da atual recessão sobre o nível de atividade econômica, expresso por indicadores da produção industrial ou do volume de vendas do comércio, bem como sobre o nível de emprego e das rendas, comparando-se freqüentemente os resultados presentes com aqueles verificados na recessão de 1981-83.

Este artigo procura contribuir para esse debate e para um melhor conhecimento da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), orientando-se pelo objetivo específico de descrever e analisar os impactos da recessão sobre os níveis dos rendimentos dos diversos extratos ocupacionais dos trabalhadores nessa região. Para tanto, buscou-se resgatar a evolução recente desses rendimentos a partir de 1985, com base nos dados fornecidos pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME-IBGE) para diferentes extratos ocupacionais, e situar tal evolução frente ao comportamento de indicadores da atividade econômica da indústria e do comércio. Como elemento adicional de análise, tomou-se a evolução paralela dos mesmos rendimentos do trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), de modo a permitir, através da comparação, uma melhor caracterização da trajetória desses rendimentos na RMPA.¹

* Economista da FEE e Professor da FATES.

O autor agradece o apoio recebido, bem como os comentários e sugestões de Miriam de Toni sobre um documento preliminar que originou este artigo, embora assuma, como sempre, inteira responsabilidade pelas considerações aqui contidas.

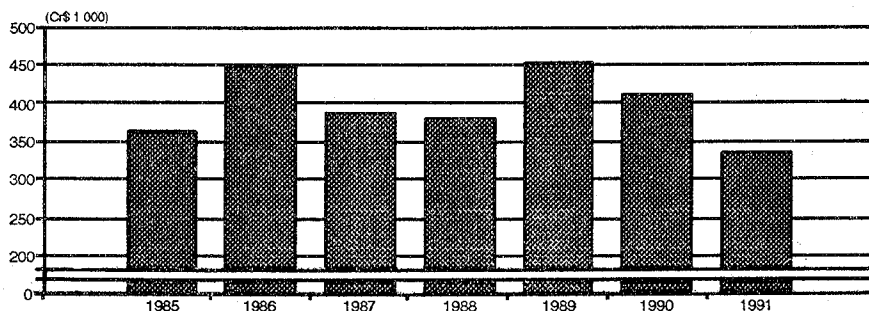
¹ Cabe assinalar que o presente artigo compunha originalmente um conjunto de documentos que analisam diversos indicadores sócio-econômicos da RMPA. Tais documentos foram elaborados para permitir um maior conhecimento das características dessa região, pela equipe da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, projeto interinstitucional, atualmente em fase de implantação pela FEE, em convênio com a FGTAS/SINE-RS, o DIEESE e a Fundação SEADE.

A conjuntura econômica e o nível geral dos rendimentos

O Gráfico 1 apresenta os níveis médios anuais dos rendimentos reais dos ocupados com idade igual ou superior a 15 anos na RMPA, ao longo do período 1985-91.² O valor médio dos rendimentos no período é de Cr\$ 398.000,00 (ao nível de preços de jan./92), sendo nítidas a elevação dos rendimentos acima desse patamar médio nos anos de 1986 e 1989 (cerca de 13% nos dois anos) e sua queda abaixo dessa média em 1991 (-15%).³

GRÁFICO 1

RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS NA RMPA — 1985-91



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992).

Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.

NOTA: 1. Valores em Cr\$ 1.000 de jan./92.

2. Deflator: INPC-IBGE, sem empréstimo compulsório.

3. As barras representam médias anuais.

² O conjunto dos ocupados inclui os empregados com e sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os empregadores. Este último grupo, cujos rendimentos derivam basicamente do emprego de outras pessoas, não apresenta maior interesse para a análise aqui desenvolvida. Não é possível, contudo, dissociar os rendimentos dos empregadores dos rendimentos do conjunto dos ocupados a partir da forma final em que os dados da PME-IBGE são apresentados. Assim, é importante assinalar que o peso do grupo formado pelos empregadores no conjunto dos ocupados é relativamente pequeno. Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, no ano de 1989, na RMPA, a composição do conjunto dos ocupados com rendimento era: 5% de empregadores, 78% de empregados e 17% de trabalhadores por conta própria. Uma comparação com 1985 revela também que essa estrutura ocupacional é estável.

³ Para a RMSP, as oscilações nos mesmos anos, relativamente à respectiva média do período, são de 13% em 1986, 11% em 1989 e -14% em 1991. Ver Tabelas 1 e 2 do Apêndice.

Os anos de 1986 e 1989 foram excepcionalmente favoráveis aos rendimentos do trabalho. O primeiro, como se sabe, foi caracterizado pelo elevado nível de atividade econômica e por reduzidas taxas inflacionárias, efeitos do Plano Cruzado. Esses fatores tendem a afetar positivamente os rendimentos. A aceleração da atividade econômica ao mesmo tempo em que amplia a renda gerada na economia, e consequentemente a parcela de rendimentos do trabalho, também provoca pressões de demanda sobre o mercado de trabalho, com prováveis efeitos redistributivos em favor daquela parcela. A elevação dos rendimentos reais, por seu turno, retroage positivamente sobre o nível de atividade, dando origem a um efeito multiplicador. Por outro lado, é quase desnecessário assinalar a correlação negativa entre os patamares inflacionários e o nível real dos rendimentos do trabalho.

Como indicadores do nível de atividade econômica tomou-se um índice do nível de vendas do comércio lojista de Porto Alegre (IVC) e um índice da produção física da indústria de transformação do Rio Grande do Sul (IPIT).⁴ A Tabela 1 apresenta as taxas de variação anual dos rendimentos médios reais do conjunto dos ocupados na RMPA, ao lado das taxas de variação dos referidos índices para o comércio e a indústria. A noção de determinação do nível de atividade econômica sobre o nível dos rendimentos reais do trabalho é reforçada pela nítida correlação direta entre as taxas de variação apresentadas na Tabela 1.⁵

É no ano de 1986, bem como em 1989, que ocorrem os maiores níveis médios anuais dos rendimentos, na RMPA, dos três extratos ocupacionais que aqui interessam: os empregados com e sem carteira e os trabalhadores por conta própria. Em 1986, são os rendimentos dos trabalhadores por conta-própria e dos empregados sem carteira os que mais se elevam (Tabela 1 do **Apêndice**).⁶ O Gráfico 2 ilustra bem esse movimento, demonstrando que os rendimentos dos conta-própria e dos sem-carteira conduziram à elevação dos níveis globais dos rendimentos do conjunto dos ocupados naquele ano. Os mesmos níveis dos rendimentos reais repetem-se ou são superados em 1989 para os trabalhadores com carteira e para os conta-própria, enquanto para os sem-carteira o maior nível médio de rendimentos ocorreu em 1986.⁷

⁴ O índice do nível de vendas do comércio lojista de Porto Alegre foi obtido a partir das taxas de variação das vendas a preços constantes fornecidas pela publicação **Termômetro de Vendas** da FEE e Clube dos Diretores Lojistas. Refere-se, portanto, apenas a uma parcela da atividade comercial e tão-somente à cidade de Porto Alegre. O índice da produção física da indústria de transformação, por outro lado, é para o conjunto do Estado do Rio Grande do Sul e é fornecido pela Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

⁵ Como reforço do referido argumento da determinação, parece mais indicado verificar a correlação linear existente entre as taxas de variação anuais das variáveis em questão do que entre os próprios níveis anuais das mesmas. Desse modo, capta-se justamente a sensibilidade linear das oscilações nos rendimentos reais frente às oscilações no nível de atividade, a cada ano. A utilização de dados anuais, ao invés de mensais, justifica-se pela necessidade de expurgar das séries as oscilações de curtíssimo prazo que se verificam mês a mês (principalmente no nível de vendas do comércio), pois pequenas defasagens temporais entre as oscilações mensais de duas séries podem gerar distorções nos cálculos de correlação linear. Assim, para as seis observações do período, a correlação linear entre as variações anuais dos rendimentos reais e as variações do IVC é de 0,9676 e entre as primeiras e as do IPIT é de 0,7701.

⁶ O mesmo comportamento é verificado na RMSP, conforme Tabela 2 do **Apêndice**.

⁷ Na RMSP, é o grupo dos conta-própria que tem média anual dos rendimentos reais nitidamente superior em 1986 frente a 1989.

Tabela 1

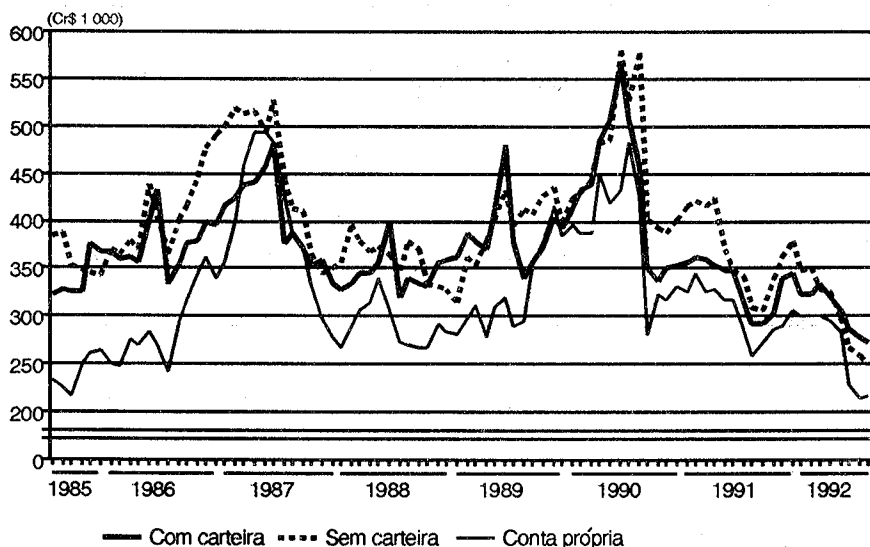
Taxas de variação anual dos rendimentos médios reais dos ocupados na RMPA, do IVC e do IPIT — 1986-91

(%)			
ANOS	RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS DOS OCUPADOS NA RMPA	IVC	IPIT
1986	23,83	36,60	12,50
1987	-14,19	-29,35	-0,77
1988	-1,78	-14,14	-2,75
1989	19,31	12,92	2,07
1990	-9,26	-18,32	-11,59
1991	-17,98	-26,64	-4,54

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física-regional (1981/1989). Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.
 INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física-regional (1990). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.
 PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.
 PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).
 TERMÔMETRO DE VENDAS (1985). Porto Alegre: FEE/CDL, v.10, n.4, dez.
 TERMÔMETRO DE VENDAS (1986/1991). Porto Alegre: FEE/CDL, v.11/16, n.1/12, jan./dez.
 TERMÔMETRO DE VENDAS (1992). Porto Alegre: FEE/CDL, v.17, n.17, n.1/4, jan./abr.

GRÁFICO 2

**RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO,
NA RMPA — 1985/92**



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.
PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992).
Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

NOTA: 1. Valores em Cr\$ 1.000 de jan./92.
2. Deflator: INPC-IBGE, sem empréstimo compulsório.

As elevadas taxas de crescimento dos rendimentos também se explicam em vista do patamar relativamente baixo destes em 1985. Nesse ano, teve continuidade a recuperação econômica iniciada no ano anterior. Os salários seguiam um regime de indexação semestral, diante de uma inflação que atingia cerca de 8 a 10% ao mês. Mas são os rendimentos dos conta-própria, menos afetados pelos efeitos da indexação, que têm nesse ano sua menor média anual para o período até 1991 (Gráfico 5).⁸

⁸ O mesmo ocorre na RMSP, onde 1985 é o pior ano do período também para os trabalhadores sem carteira, bem como para o conjunto dos ocupados.

O ano de 1987 é caracterizado pela queda dos rendimentos reais do conjunto dos ocupados e de cada extrato ocupacional em foco, tanto na RMPA como na RMSP (Tabelas 1 e 2 do Apêndice). Na primeira região, a queda é menos acentuada para os trabalhadores com carteira, cujos rendimentos tornam a subir em 1988. Para os dois outros extratos ocupacionais, há nova queda dos rendimentos em 1988. Estes são anos marcados pelo fracasso do Plano Cruzado e, a seguir, do Plano Bresser. As taxas de inflação alcançam patamares superiores aos verificados antes do primeiro plano, enquanto os indicadores do nível de atividade (Tabela 1) acusam queda continuada das vendas do comércio e do produto industrial. Ressalta-se aqui novamente a relação direta entre as variações do nível de atividade econômica e as dos níveis de rendimentos.⁹

Já o ano de 1989, o último do Governo Sarney e ano da eleição para a Presidência da República, iniciou com o Plano Verão, havendo ao longo do ano um aquecimento da atividade econômica num contexto pré-hiperinflacionário, que estimula o gasto de renda e riqueza, ameaçadas pela rápida corrosão inflacionária. Esse aquecimento é indicado pelo crescimento seja das vendas do comércio lojista de Porto Alegre (12,92%), seja da produção física da indústria de transformação no Estado do Rio Grande do Sul (2,07%). Há, portanto, um efeito contraditório provocado pelas elevadíssimas taxas de inflação observadas nesse ano, pois, além do apontado estímulo ao gasto acelerado, essas taxas provocam rápida corrosão dos rendimentos do trabalho. Cabe lembrar, porém, que nesse ano vigorou a indexação mensal plena dos salários a partir de junho e que as práticas de indexação eram generalizadas à época. Isso pode ter contribuído para preservar não apenas os rendimentos dos trabalhadores com relações formais de trabalho (com carteira assinada), mas também aqueles dos trabalhadores sem carteira e dos conta-própria.

Nesse contexto, observa-se que houve, tanto na RMPA como na RMSP, uma elevação dos rendimentos do conjunto dos ocupados em 1989, quando atingem um valor médio anual muito próximo ao observado em 1986 (Tabelas 1 e 2 do Apêndice). Uma observação do Gráfico 2 revela que, na RMPA, a elevação dos rendimentos é comum a todos os extratos ocupacionais,¹⁰ ocorrendo basicamente no segundo semestre desse ano, quando se deu, inclusive, o maior nível mensal dos rendimentos do conjunto dos ocupados em todo o período de sete anos em questão (Gráfico 3).¹¹

Confrontando-se a elevação dos rendimentos em 1989 com aquela ocorrida em 1986, observa-se que naquele ano a elevação se dá de forma truncada no primeiro

⁹ Foi possível verificar também para as variações anuais dos rendimentos dos três extratos ocupacionais uma forte correlação linear com as variações do nível de atividade, seja este indicado pelo IVC ou pelo IPIT. O coeficiente de correlação é sempre superior para os trabalhadores por conta própria (atinge 0,9816 no confronto com as variações do IVC), indicando que os rendimentos desse extrato ocupacional são mais sensíveis às oscilações da atividade econômica a cada ano, enquanto o segmento dos trabalhadores com carteira possui rendimentos que se manifestam mais estáveis frente a essas oscilações (Tabela 3 do Apêndice).

¹⁰ Aqui, novamente, são os rendimentos dos conta-própria que respondem mais diretamente às variações do nível de atividade, elevando-se cerca de 33%, contra elevações de 22,5% e 15% para os trabalhadores sem carteira e com carteira respectivamente. As mesmas relações são observadas para a RMSP.

¹¹ Também na RMSP a elevação dos rendimentos dos ocupados concentra-se no segundo semestre de 1989, embora o maior nível mensal destes tenha ocorrido em 1986.

semestre (logo após o Plano Verão), concentrando-se no segundo semestre, de forma breve e acentuada, e coincidindo com o início da vigência da indexação salarial plena (Gráfico 3). Já a elevação dos rendimentos do trabalho em 1986 transcorreu ao longo de todo o ano, o que sugere um processo mais sustentado de elevação. Ao iniciar-se 1987, a queda dos rendimentos é lenta e progressiva até o Plano Bresser, em junho. Ao contrário, o período de expansão dos rendimentos ao final de 1989 encerra-se de forma brusca, possivelmente por tratar-se aqui do início do ano de 1990, véspera e começo do novo Governo. Como se sabe, esse período foi marcado pela intensa redução do nível de atividade econômica, devida, num primeiro momento, à atmosfera de incerteza e ao compasso de espera pelas medidas desse governo e, logo após, à redução abrupta do meio circulante provocada por tais medidas.

Assim, o ano de 1990 foi marcado por uma queda acentuada do nível de atividade econômica, que transformou em recessão aberta a relativa estagnação do decênio anterior (Tabela 1). Os rendimentos do trabalho sofrem uma queda, que se verifica para todos os extratos ocupacionais, com magnitude similar nas duas regiões (RMPA e RMSP). Desta feita, são os rendimentos dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada que mais caem, indicando uma reversão de tendências anteriores (ver notas 9 e 10). Mesmo quando se considera que em 1991 teve lugar nova queda nos rendimentos, que atingiu menos os trabalhadores com carteira, tomando-se os dois anos em conjunto a queda dos rendimentos se equivale para os três extratos ocupacionais.

À queda dos rendimentos observada em 1990 sobrepôs-se, então, nova queda em 1991, o que conduziu aos menores níveis mensais dos rendimentos em todo o período 1985-92, que ocorrem entre dez./91 e fev./92 (Gráfico 2). Uma observação da série histórica desses dados de rendimento para a RMPA desde 1982 revela que os referidos níveis dos rendimentos, nesses meses, são os menores em 10 anos. Associaram-se aqui, de um lado, os efeitos da recessão e, de outro, a costumeira redução da atividade econômica e também dos rendimentos nos inícios de ano. Portanto, o último movimento dos rendimentos pode ser definido como de queda acentuada e acelerada, a partir de jun./91, para todos os extratos ocupacionais (Gráfico 2). Para os rendimentos do conjunto dos ocupados, o ano de 1991 apresenta de fato o menor valor médio na RMPA, ao longo dos sete anos, observando-se a mesma circunstância para os rendimentos dos empregados com e sem carteira (Gráfico 5).

Um outro aspecto, possivelmente associado ao aprofundamento da recessão, merece destaque a partir da observação dos gráficos com dados mensais (Gráficos 2 e 3). É que somente até o ano de 1989 é possível observar uma elevação sazonal dos rendimentos ao final do ano, provavelmente devido ao cômputo do 13º salário, embora essa característica seja peculiar aos trabalhadores com carteira.¹² Esse comportamento sazonal não mais se verifica nos anos de 1990 e 1991, indicando uma possível diluição daqueles ganhos de salário ao longo do ano.

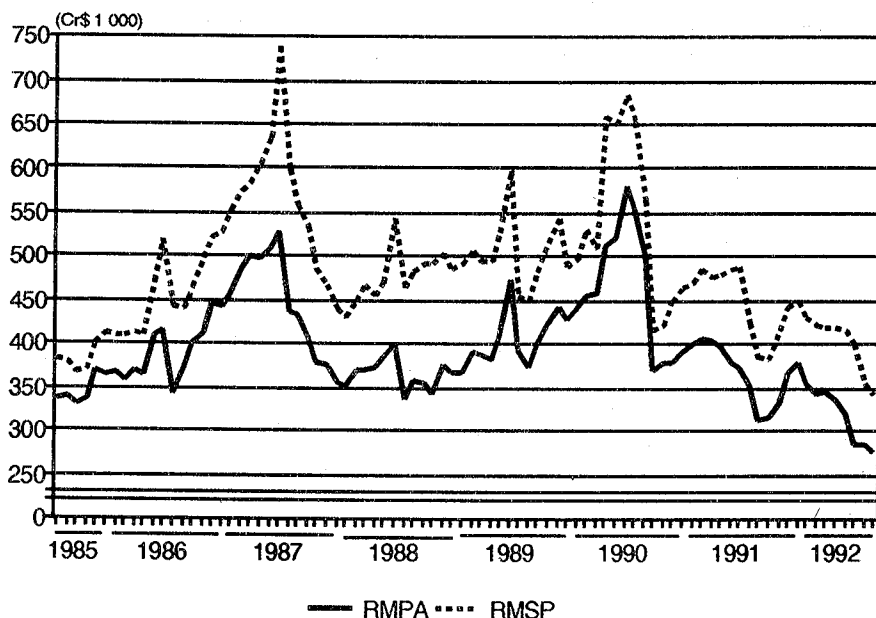
¹² Também pode contribuir para esse comportamento a elevação sazonal do nível das vendas do comércio no mês de dezembro. No comércio lojista de Porto Alegre, essa elevação é normalmente de 45 a 60% sobre novembro.

O nível dos rendimentos em Porto Alegre e São Paulo

A comparação da evolução dos rendimentos do conjunto dos ocupados nessas duas regiões revela uma simultaneidade quase perfeita dos movimentos de elevação e queda (Gráfico 3). Isso sugere a existência de uma determinação comum entre os dois âmbitos regionais para as variações dos rendimentos reais, possivelmente relacionada ao nível de atividade econômica. Essa hipótese é reforçada pelos coeficientes de correlação obtidos para a RMPA (Tabela 3 do Apêndice).

GRÁFICO 3

RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS NA RMPA E NA RMSP — 1985/92



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.
PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

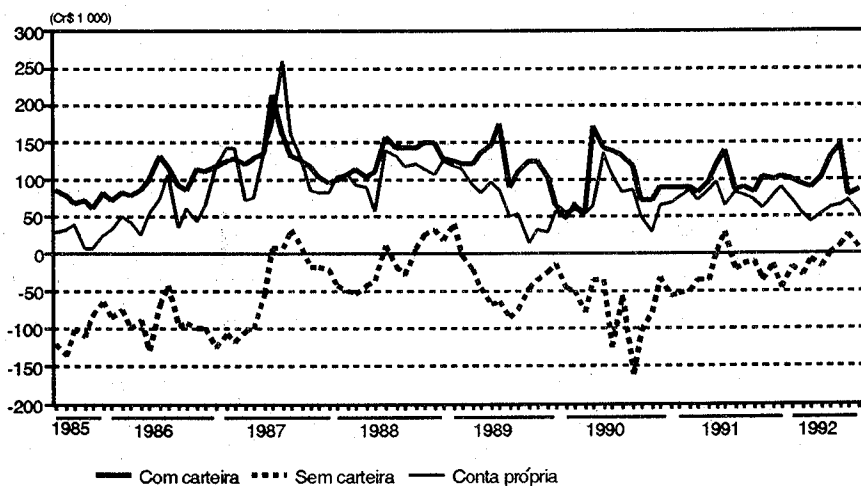
NOTA: 1. Valores em Cr\$ 1.000 de jan./92.

2. Deflator: INPC-IBGE, sem empréstimo compulsório.

Enquanto a média dos rendimentos do conjunto dos ocupados para os sete anos alcança Cr\$ 398.000,00 na RMPA, ela atinge Cr\$ 486.000,00 na RMSP (sempre em valores de jan./92), isto é, cerca de 22% a mais (Tabelas 1 e 2 do Apêndice). Diferenças de 29% e 24% em favor dos rendimentos na RMSP são observadas para os extratos ocupacionais de trabalhadores com carteira e por conta própria respectivamente. Contudo a situação se inverte para os rendimentos dos empregados sem carteira, os quais são cerca de 14% superiores na RMPA em relação à RMSP. O Gráfico 4 indica que, para os dois primeiros extratos ocupacionais não há uma tendência aparente de redução das diferenças entre os rendimentos nas duas regiões, enquanto a diferença entre os rendimentos dos sem-carteira em favor da RMPA parece tender à redução. O resultado conjunto é um sensível distanciamento dos níveis de rendimento entre as duas regiões.

GRÁFICO 4

DIFERENÇA DOS RENDIMENTOS REAIS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, ENTRE A RMSP E A RMPA — 1985/92



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992).
Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

NOTA: 1. Valores em Cr\$ 1.000 de jan./92.

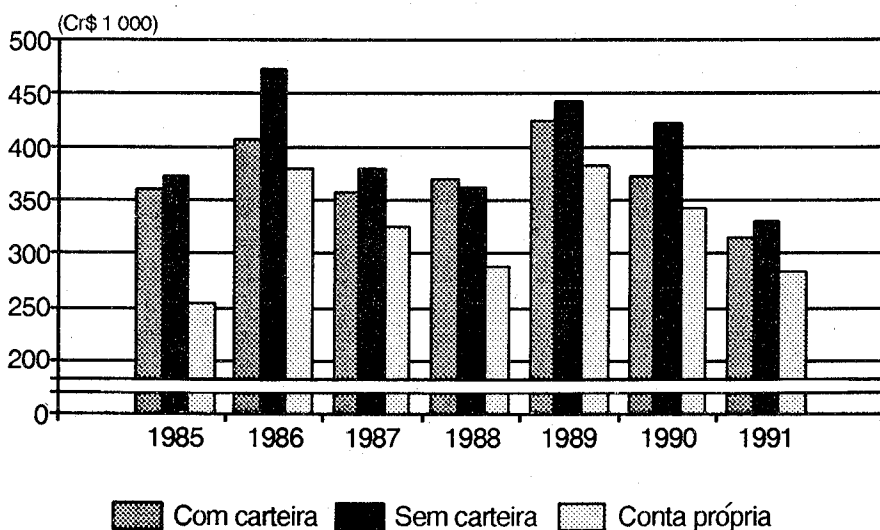
2. Deflator: INPC-IBGE, sem empréstimo compulsório.

3. A diferença é calculada subtraindo dos valores dos rendimentos na RMSP os valores respectivos na RMPA.

Os rendimentos dos três extratos ocupacionais em questão podem ser melhor analisados observando-se o Gráfico 5, que apresenta as médias anuais dos rendimentos reais para esses extratos na RMPA. Ressalta a superioridade dos rendimentos dos trabalhadores sem carteira sobre os rendimentos dos demais trabalhadores em quase todos os anos do período 1985-91 (exceto em 1988). Já na RMS, os rendimentos dos empregados com carteira são, em geral, superiores aos dos demais extratos ocupacionais, situando-se a seguir os rendimentos dos conta-própria, o que significa posições relativas bem distintas das observadas na RMPA.

GRÁFICO 5

**RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO,
NA RMPA — 1985-91**



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.
 PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992).
 Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

NOTA: 1. Valores em Cr\$ 1.000 de jan./92.
 2. Deflator: INPC-IBGE, sem empréstimo compulsório.
 3. As barras representam médias anuais.

Uma análise das trajetórias dos rendimentos reais mensais, por extrato ocupacional, no período 1985-91, na qual foram comparadas as séries entre as duas regiões metropolitanas para cada extrato, revelou uma semelhança entre as trajetórias dos rendimentos dos trabalhadores com carteira e por conta própria. Contudo revelou também uma diferença entre as trajetórias dos rendimentos dos trabalhadores sem carteira nas duas regiões. Além disso, as três séries de dados sobre rendimentos segundo o extrato ocupacional para cada região possuem trajetórias similares na RMSP, enquanto, na RMPA, as trajetórias se entrecruzam, indicando padrões distintos de oscilação (Gráfico 2).

Assim, para a RMSP, é mais plausível postular a existência de uma determinação comum aos rendimentos dos diversos tipos de ocupação. Para essa região, modelos que postulam a determinação das rendas do setor informal (em especial de sua parcela não capitalista) pelo nível das rendas do setor capitalista fornecem uma explicação para a semelhança da evolução dos rendimentos diversos.¹³ Para a RMPA, onde a evolução dos rendimentos apresenta trajetórias menos uniformes, uma correlação entre a série dos rendimentos dos conta-própria com as duas outras — buscando identificar se o movimento dos rendimentos dos conta-própria guarda maior correspondência com os rendimentos dos trabalhadores com carteira ou sem carteira — não apontou qualquer evidência conclusiva.¹⁴

Uma indagação que não foi possível responder neste estudo refere-se ao extrato ocupacional dos trabalhadores sem carteira na RMPA. Como foi indicado, as trajetórias dos rendimentos desse extrato diferem nas duas regiões, sendo ele o único para o qual os rendimentos são superiores na RMPA. Além disso, internamente a essa região, o referido extrato possui os maiores níveis de rendimento, enquanto detém os mais baixos na RMSP. Essas evidências sugerem a existência de um perfil distinto desse extrato ocupacional nas duas regiões, encaminhando a questão sobre qual seria a sua composição na RMPA. Trata-se também de indagar como é possível que, ao contrário do que se observa na RMSP, esse segmento ocupacional, sem a cobertura da relação formal de trabalho, possua rendimentos médios superiores aos dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada.¹⁵

A análise das três séries de rendimentos para a RMPA revelou que é a série de rendimentos dos trabalhadores por conta própria a que apresenta maior variabilidade, seguida da série dos rendimentos dos sem-carteira. Os rendimentos dos trabalhadores com carteira possuem, assim, a menor variabilidade entre as três séries. A variabilidade da série dos rendimentos dos conta-própria é 43% superior à da série dos com-carteira, confirmando a expectativa de que é nesse extrato que se encontram as mais precárias relações de trabalho, que se expressam na forma de um nível instável de rendimentos.¹⁶

¹³ É o caso, por exemplo, do modelo desenvolvido por José Márcio Camargo (1989), em artigo sobre informalização e rendas no mercado de trabalho.

¹⁴ De fato, tomando-se os dados mês a mês, verifica-se que os níveis dos rendimentos dos conta-própria são mais diretamente relacionados aos dos trabalhadores sem carteira. Porém, quando são correlacionadas as taxas de variação mensais desses níveis, a maior correlação observada é com as variações dos rendimentos dos trabalhadores com carteira.

¹⁵ Cabe salientar que a PME-IBGE não fornece suficientes informações para o esclarecimento dessas e de outras questões, o que se espera possa ser feito pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMPA.

¹⁶ Calculou-se o coeficiente de variação (magnitude relativa do desvio padrão frente à média) para cada série de rendimentos reais, obtendo-se 0,2017 para a dos trabalhadores por conta própria, 0,1572 e 0,1411 para os trabalhadores sem e com carteira respectivamente.

Salário mínimo legal e pobreza

A PME-IBGE fornece, para seis regiões metropolitanas e para a média ponderada destas, a taxa percentual da PEA sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo (TPEA). Essa é uma estatística interessante, na medida em que indica o grau de relevância do salário mínimo como elemento institucional do mercado de trabalho. Essa taxa pode também ser considerada como um indicador da parcela dos trabalhadores ativos em situação de pobreza. Ela irá expressar o contingente relativo de trabalhadores nas situações de sub-remuneração, ausência de remuneração ou mesmo de desemprego. Contudo, como indicador da situação de pobreza, a TPEA contém um viés. Ao referir-se ao salário mínimo (SM), cujo valor real sofre oscilações bruscas e significativas ao longo de anos marcados por um processo inflacionário crônico, essa taxa irá refletir não apenas um eventual acréscimo ou decréscimo do nível dos rendimentos da PEA, o que alteraria sua parcela sem remuneração ou sub-remunerada, como também contera os efeitos das oscilações de valor real do próprio parâmetro, o salário mínimo.¹⁷

Na impossibilidade de prover-se a curto prazo um indicador mais adequado, tratou-se de considerar a TPEA, fornecida pela PME-IBGE para as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador, bem como para o conjunto formado por essas seis regiões metropolitanas (RMs).

A observação do Gráfico 6 aponta que a TPEA na RMPA se situa entre a verificada para o conjunto das seis RMs e a menor taxa verificada na RMSP. A TPEA nas seis RMs, que representa uma média ponderada de todas as seis regiões metropolitanas, atinge uma média de 18,7% para todo o período e de 15,4% no ano de 1991 (Tabela 4 do **Apêndice**).¹⁸ A superioridade da TPEA para o conjunto das seis RMs indica a ocorrência de menores níveis relativos de rendimentos, em comparação com as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, isoladamente.

Para a RMPA, observa-se uma TPEA inferior à do conjunto das seis RMs, com uma média de 17% nos sete anos. A TPEA na RMPA é, contudo, superior à observada na RMSP, onde atinge a média de 14,9% no mesmo período. A inferioridade da TPEA na RMSP pode ser atribuída ao maior nível relativo de rendimentos e também ao mais elevado custo de vida, que torna a faixa de um salário mínimo um parâmetro muito estreito para enquadrar a situação de pobreza. Essa possibilidade é confirmada pelos estudos para determinação de linhas de pobreza regionais, que apontam valores significativamente superiores para a Região Metropolitana de São Paulo.¹⁹

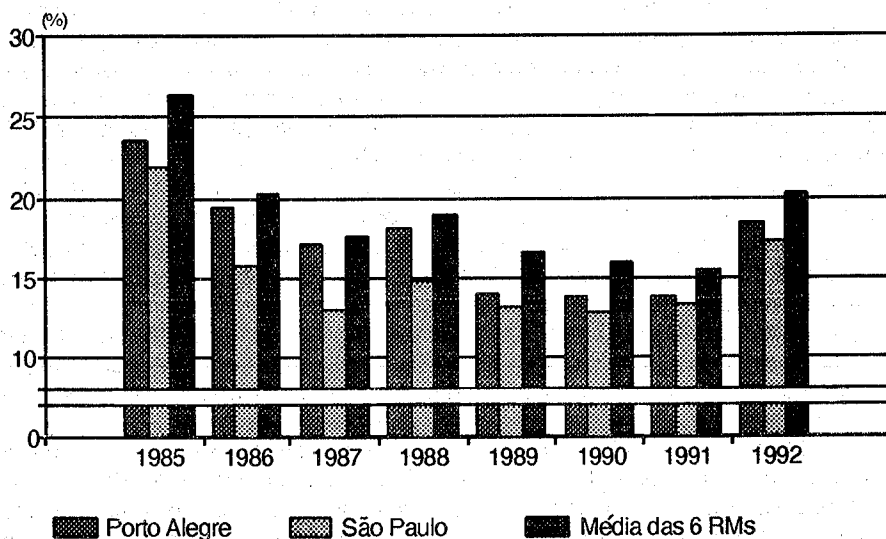
¹⁷ Essa restrição aponta a necessidade de construir-se um indicador da situação de pobreza vinculado a um parâmetro de renda cujo valor real seja estável, além de refletir melhor a situação limite cuja abrangência se quer mensurar na PEA. Nesse sentido, a utilização do conceito de linha de pobreza parece ser o caminho indicado para um melhor conhecimento da exclusão social na RMPA. Ver a respeito o **Relatório da Comissão Técnica do Salário Mínimo (1992)** e Bastos & Herlein Jr. (1992).

¹⁸ Essa média carrega o peso de regiões como Recife, Salvador e Rio de Janeiro, caracterizadas por maiores desigualdades na distribuição interpessoal da renda e por um maior grau de incidência de ocupações precárias ou subutilização da força de trabalho.

¹⁹ Observe-se a esse respeito a Tabela 1 do artigo citado de Bastos & Herlein Jr. (1992).

GRÁFICO 6

**TAXA DA PEA SEM RENDIMENTO OU COM RENDIMENTO INFERIOR
A UM SM EM DIVERSAS REGIÕES METROPOLITANAS — 1985/92**



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992).
Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

NOTA: As barras representam médias anuais, exceto para 1992, onde representa a média para os meses de janeiro a março.

O Gráfico 6 indica ainda que a TPEA na RMPA esteve mais próxima da TPEA no conjunto das seis RMs desde 1986 até 1988, passando a aproximar-se da TPEA na RMSP a partir de 1989 (ver também Tabela 4 do Apêndice). Na comparação específica com a RMSP, é possível observar-se uma nítida tendência declinante nas diferenças entre as respectivas taxas. Além disso, uma observação das séries mensais evidenciou que, a partir de março de 1991, as situações de pobreza relativa em todas as regiões em foco, representadas pelas respectivas TPEAs, estão se tornando mais homogêneas.

Esse movimento de aproximação das taxas nos três âmbitos regionais considerados significa que, em todos eles, uma proporção semelhante da PEA está em condição de

sub-remuneração ou sem remuneração. O período em que essa aproximação das taxas se observa coincide com a maior agudização da crise econômica, o que indica a possibilidade de estarmos diante de um processo de nivelamento por baixo dos rendimentos dos extratos pior remunerados na PEA, ou seja, a possibilidade de uma elevação da TPEA em função de uma deterioração dos rendimentos em todas as regiões. Essa possibilidade é reforçada pela observação da Tabela 4 do **Apêndice**. Enquanto na passagem de 1990 para 1991 a TPEA fica estável na RMPA, há uma queda de 3,4% para o conjunto das seis RMs e uma elevação de 4,3% na RMSP. Por outro lado, as magnitudes observadas, em média, para a TPEA em 1992 são superiores à média verificada nos sete anos anteriores, nos três âmbitos regionais, sendo que a elevação dessa taxa nos primeiros meses de 1992, atinge cerca de 16% na RMSP, aproximadamente o dobro da elevação da TPEA no mesmo período para a RMPA e o conjunto das seis RMs (onde a RMSP está incluída).

A relativa uniformidade dos movimentos da TPEA nos três âmbitos regionais, expressa no Gráfico 6, indica que essa parcela da PEA cresce, ou decresce, segundo determinantes comuns às diversas regiões. Esses movimentos similares podem ser, em parte, atribuídos às oscilações do valor real do salário mínimo. Além disso, é possível que essa semelhança nos movimentos regionais da TPEA reflita fenômenos, comuns a todas as regiões, que ampliam ou reduzem a abrangência da situação de pobreza, como é o caso das alterações de médio prazo do nível de atividade econômica.

A tendência geral dessa taxa no período 1985-91 é de redução, mas também essa tendência geral reflete o movimento de queda do valor real do salário mínimo (Tabela 2). Considerando essa influência, é possível verificar, para os anos de 1990 e 1991, uma ampliação da situação de pobreza na RMPA. Ocorre que, nesse período, embora a TPEA tenha permanecido em níveis estáveis em relação a 1989, ocorreram os menores valores reais médios do salário mínimo nos 52 anos de sua existência (Bastos & Herrlein Jr. 1992). Isto é, a queda real do salário mínimo não se expressou na diminuição da parcela da PEA que auferia rendimento até um salário mínimo.

Essas observações permitem alguns comentários sobre as condições relativas do extrato pior remunerado da PEA na RMPA. Em comparação com o mesmo extrato em outras regiões metropolitanas, essa parcela da PEA na RMPA teve, ao longo do período considerado, uma abrangência sensivelmente menor. Isso pode ser atribuído a um nível relativamente superior dos rendimentos na RMPA, indicando uma melhor qualidade relativa de vida.

Contudo o fato de que a abrangência desse extrato da PEA na RMPA foi tornando-se similar à observada na RMSP (região em que se verificam maiores níveis de rendimento) possivelmente expressa uma queda real nos rendimentos da PEA em todas as regiões, provavelmente devido à exacerbação da crise, que joga para a situação de miséria contingentes crescentes dos trabalhadores ativos. Assim, a queda absoluta observada nos rendimentos da PEA na RMPA manifesta-se também na ampliação de seu contingente em condições de pobreza ou miséria, embora essa manifestação não possa ser perfeitamente identificada devido às insuficiências apontadas para o indicador utilizado.²⁰

²⁰ Como já foi observado, a TPEA apresenta um viés por guardar correlação com a variação do nível real de renda expresso pelo salário mínimo. Essa correlação é positiva, isto é, quanto maior for o valor real do salário mínimo, maior tende a ser a taxa da PEA que auferir rendimentos até esse valor. O coeficiente de correlação entre essas duas variáveis é bastante elevado, situando-se em 0,857.

Tabela 2

Médias anuais da taxa da TPEA na RMPA e do índice do
salário mínimo real — 1985-91

ANOS	TPEA		ÍNDICE DO SM REAL	
	Montante (%)	Δ%	Montante	Δ%
1985	23,49	-	53,24	-
1986	19,42	-17,3	50,36	-5,4
1987	17,08	-12,1	36,31	-27,9
1988	18,08	5,8	38,22	5,3
1989	13,98	-22,6	40,70	6,5
1990	13,81	-1,3	30,36	-25,4
1991	13,80	0,0	32,91	8,4
1985-91	17,09	-	40,30	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.
PESQUISA MENSAL DE EMPREGOS (1992). Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

NOTA: 1. Índice do SM real com base 100=jul./40.

2. Deflator do SM: ICV-DIEESE, faixa de 1 a 3 SMS.

Considerações finais

A análise da evolução dos rendimentos da população trabalhadora aqui efetuada permite concluir que o aprofundamento da crise econômica, iniciado em 1990, está provocando a alteração de algumas tendências observáveis nos anos imediatamente anteriores. Assim é que a deterioração geral do mercado de trabalho provocada pela crise parece estar atingindo também de forma mais contundente a parcela dos trabalhadores com relações formais de trabalho, cuja evolução dos rendimentos guardava, anteriormente, menor correspondência frente às oscilações verificadas, a cada ano, no nível de atividade econômica. No mesmo sentido, observou-se que a partir de 1990 não ocorreu mais a elevação sazonal dos rendimentos reais dos trabalhadores com carteira de trabalho no mês de dezembro.

Por outro lado, parece que, nesse contexto, as diferenças entre os rendimentos nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo têm aumentado em detrimento da primeira. De fato, embora o efeito do aprofundamento da recessão sobre os rendimentos do trabalho pareça manifestar-se antes em São Paulo (a média anual de 1990 é, relativamente aos sete anos, mais baixa que em Porto Alegre), a nova queda dos rendimentos observada em 1991 atinge com maior intensidade os rendimentos na RMPA. Além disso, considerando todo o período 1985-91 (à exceção do ano de 1989), quando os rendimentos reais decrescem nas duas regiões, o decréscimo é sempre maior na RMPA, enquanto, nas elevações, o acréscimo tende a ser maior na RMSP.

Os dados apurados permitem afirmar que o atual momento conjuntural é marcado por uma deterioração dos rendimentos da PEA na Região Metropolitana de Porto Alegre e pelo crescimento relativo de sua parcela pior remunerada. Se o ano de 1990 trouxe uma queda dos rendimentos em relação ao ano anterior, o ano de 1991 mostrou-se ainda pior, trazendo nova redução. Não obstante, o ano de 1992 inicia-se com baixíssimos níveis de rendimento, ainda mais reduzidos que os observados no início dos anos de 1990 e 1991. Os dados observados para esses dois anos, quando comparados aos verificados nos anos anteriores, a partir de 1985, e tomados em conjunto com os primeiros dados apurados para 1992, indicam que a situação do mercado de trabalho pode deteriorar-se ainda mais, havendo margem para a ampliação da queda dos rendimentos reais do trabalho, a depender da continuidade da política econômica de promoção da recessão.

Apêndice

Tabela 1

Médias anuais dos rendimentos médios reais dos ocupados na
Região Metropolitana de Porto Alegre — 1985/92

PERÍODOS	TOTAL DOS OCUPADOS		COM CARTEIRA		SEM CARTEIRA		POR CONTA PRÓPRIA	
	Rendimento	Δ%	Rendimento	Δ%	Rendimento	Δ%	Rendimento	Δ%
	(Cr\$ 1 000)		(Cr\$ 1 000)		(Cr\$ 1 000)		(Cr\$ 1 000)	
1985	364	-	361	-	374	-	254	-
1986	451	24	408	13	472	26	382	50
1987	387	-14	357	-12	381	-19	326	-15
1988	380	-2	370	4	362	-5	288	-12
1989	453	19	424	15	443	23	383	33
1990	411	-9	374	-12	424	-4	343	-10
1991	337	-18	315	-16	330	-22	284	-17
1985-91	398	-	373	-	398	-	323	-
1992								
Jan.	285	-	279	-	258	-	214	-
Fev.	277	-	273	-	250	-	218	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

NOTA: 1. Os valores estão expressos em Cr\$ 1.000 de jan./92.

2. Deflator: INPC-IBGE, sem empréstimo compulsório.

Tabela 2

Médias anuais dos rendimentos médios reais dos ocupados na
Região Metropolitana de São Paulo — 1985/92

PERÍODOS	TOTAL DOS OCUPADOS		COM CARTEIRA		SEM CARTEIRA		POR CONTA PRÓPRIA	
	Rendimento	Δ%	Rendimento	Δ%	Rendimento	Δ%	Rendimento	Δ%
	(Cr\$ 1 000)		(Cr\$ 1 000)		(Cr\$ 1 000)		(Cr\$ 1 000)	
1985	412	-	442	-	277	-	288	-
1986	549	33	532	20	386	39	478	66
1987	492	-10	475	-11	361	-6	440	-8
1988	503	2	509	7	350	-3	396	-10
1989	539	7	526	4	388	11	441	11
1990	488	-9	472	-10	370	-5	414	-6
1991	418	-14	416	-12	312	-16	350	-15
1985-91	486	-	482	-	349	-	401	-
1992								
Jan.	354	-	358	-	281	-	286	-
Fev.	343	-	357	-	256	-	272	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

NOTA: 1. Os valores estão expressos em Cr\$ 1.000 de jan./92.

2. Deflator: INPC-IBGE, sem empréstimo compulsório.

Tabela 3

Coeficientes de correlação linear entre as variações das médias anuais dos rendimentos reais dos ocupados, por posição na ocupação, e as variações das médias anuais do IVC e IPIT — 1986-91

ÍNDICES	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO			
	Com Carteira	Sem Carteira	Por Conta Própria	Total dos Ocupados
IVC	0,8855	0,9579	0,9816	0,9676
IPIT	0,7263	0,6748	0,8291	0,7701

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física-regional (1981/1989). Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.
INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física-regional (1990). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.
PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.
PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).
TERMÔMETRO DE VENDAS (1985). Porto Alegre: FEE/CDL, v. 10, n. 4, dez.
TERMÔMETRO DE VENDAS (1986/1991). Porto Alegre: FEE/CDL, v. 11/16, n. 1/12, jan./dez.
TERMÔMETRO DE VENDAS (1992). Porto Alegre: FEE/CDL, v. 17, n. 1/4, jan./abr.

Tabela 4

Médias anuais das TPEAs na RMPA, na RMSP e no conjunto de seis RMs, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador — 1985/92

(%)

PERÍODOS	RMPA	RMSP	CONJUNTO DE SEIS RMs
1985	23,49	21,84	26,37
1986	19,42	15,73	20,28
1987	17,08	12,87	17,68
1988	18,08	14,82	18,82
1989	13,98	13,10	16,63
1990	13,81	12,72	15,95
1991	13,80	13,26	15,41
1985-91	17,09	14,90	18,73
1992			
Jan.	12,56	11,98	13,72
Fev.	22,27	21,43	25,18
Mar.	20,19	18,51	21,97

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.
PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992). Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).

Tabela 5

Médias e variações anuais do ICV e do IPIT — 1985-91

ANOS	ICV		IPIT	
	Índice	Δ%	Índice	Δ%
1985	100,00	-	100,00	-
1986	136,60	36,60	112,50	12,50
1987	96,51	-29,35	111,63	-0,77
1988	82,86	-14,14	108,56	-2,75
1989	93,56	12,92	110,81	2,07
1990	76,42	-18,32	97,96	-11,59
1991	56,06	-26,64	93,47	-4,58

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física-regional (1981/1989). Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.
 INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física-regional (1990). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.
 TERMÔMETRO DE VENDAS (1985). Porto Alegre: FEE/CDL, v.10, n.4, dez.
 TERMÔMETRO DE VENDAS (1986/1991). Porto Alegre: FEE/CDL, v.11/16, n.1/12, jan./dez.
 TERMÔMETRO DE VENDAS (1992). Porto Alegre: FEE/CDL, v.17, n.1/4, jan./abr.

Bibliografia

- BASTOS, Raul L. Assumpção, HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo (1992).** O relatório da comissão técnica do salário mínimo: uma avaliação crítica. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.1, p.57-70, maio.
- CAMARGO, José Márcio (1989).** Informalização e renda no mercado de trabalho. In: SEDLACEK, Guilherme, BARROS, Ricardo, org. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física-regional (1981/1989).** Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física-regional (1990).** Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.
- INDICADORES IBGE (1989).** Rio de Janeiro, v.8, n.28, fev.
- MENSÁRIO ESTATÍSTICO DA FEE (1992).** Porto Alegre, v.15, n.4, abr.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992).** Rio de Janeiro: IBGE, fev./mar.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1992).** Rendimento médio real 1982-1991 a preços de janeiro de 1992. Rio de Janeiro: IBGE, fev. (Suplemento).
- RELATÓRIO final da Comissão Técnica do Salário Mínimo (1992).** Brasília: Presidência da República.
- TERMÔMETRO DE VENDAS (1992).** Porto Alegre: FEE/CDL, v.17, n.1/4, jan./abr.